

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.830
Preferenciais	13.830
Total	27.660

#Error
#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.238.752.692	0
1.01	Ativo Circulante	567.873.980	0
1.01.01	Disponibilidades	14.105.064	0
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	141.072.526	0
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	96.538.982	0
1.01.06	Operações de Crédito	83.878.706	0
1.01.08	Outros Créditos	119.553.971	0
1.01.09	Outros Valores e Bens	112.724.731	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	613.684.649	0
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	87.974.739	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	217.446.572	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	217.446.572	0
1.02.05	Operações de Crédito	242.119.349	0
1.02.07	Outros Créditos	1.779.874	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	64.364.115	0
1.03	Ativo Permanente	57.194.063	0
1.03.01	Investimentos	45.717.576	0
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	45.714.002	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	3.574	0
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.373.580	0
1.03.04	Intangível	7.102.907	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.238.752.692	0
2.01	Passivo Circulante	757.985.372	0
2.01.01	Depósitos	340.253.655	0
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	157.354.466	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	71.956.882	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	115.509.342	0
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	6.033.514	0
2.01.09	Outras Obrigações	66.877.513	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	390.752.519	0
2.02.01	Depósitos	153.088.283	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	24.391.243	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	107.504.654	0
2.02.09	Outras Obrigações	105.768.339	0
2.05	Patrimônio Líquido	90.014.801	0
2.05.01	Capital Social Realizado	65.000.000	0
2.05.02	Reservas de Capital	-267.360	0
2.05.04	Reservas de Lucro	29.966.300	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.684.139	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	35.567.838	0
3.01.01	Operações de Crédito	17.807.546	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13.819.853	0
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.602.572	0
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.421.101	0
3.01.06	Variações Cambiais Líquidas	3.121.910	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-28.294.068	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-21.685.963	0
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-1.393.750	0
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-21.530	0
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-5.192.825	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	7.273.770	0
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-3.234.874	0
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	4.390.462	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.685.647	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-3.704.516	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.190.189	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-2.868.105	0
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.823.121	0
3.05	Resultado Operacional	4.038.896	0
3.06	Resultado Não Operacional	26.287	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	4.065.183	0
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-24.598	0
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-16.170	0
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-8.428	0
3.09	IR Diferido	287.010	0
3.09.01	Ativo Fiscal Diferido	287.010	0
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-509.553	0
3.10.01	Participações	-509.553	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	3.818.042	0
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	509,17	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	3.818.042	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.029.383	0
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.015.577	0
4.02.02	Imposto de Renda	-1.122.840	0
4.02.03	Hedge de Fluxo de Caixa	-65.238	0
4.02.04	Imposto de Renda	31.026	0
4.02.05	Plano de Benefícios	2.164.778	0
4.02.06	Imposto de Renda	-993.920	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.847.425	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.312.264	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.933.390	0
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.818.042	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Líquido	3.115.348	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	31.378.874	0
6.01.02.01	Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-11.436.630	0
6.01.02.02	Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.515.757	0
6.01.02.03	Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	1.587.460	0
6.01.02.04	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	522.441	0
6.01.02.05	Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central	-672.940	0
6.01.02.06	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	138.391.679	0
6.01.02.07	Redução (aumento) em Despesas Antecipadas	-599.681	0
6.01.02.08	Redução (aumento) em Outros Ativos	8.756.353	0
6.01.02.09	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	-280.613	0
6.01.02.10	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	4.968.689	0
6.01.02.11	Aumento (redução) em Depósitos	-1.966.415	0
6.01.02.12	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto	18.840.475	0
6.01.02.13	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.134.761	0
6.01.02.14	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	-118.481.341	0
6.01.02.15	Aumento (redução) em Outros Passivos	-12.823.795	0
6.01.02.16	Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes	-45.812	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.073	0
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso	-95.280	0
6.02.04	Aplicações e Alienações no Intangível	-304.256	0
6.02.06	Alienação de Bens não de Uso Próprio	171.529	0
6.02.07	Alienação de Imobilizado de Uso	70.615	0
6.02.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	133.319	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.072.184	0
6.03.01	Aquisição de Ações de Emissão Própria	160.483	0
6.03.02	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	52.604.993	0
6.03.03	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-55.551.031	0
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.286.629	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.396	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.218.403	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.125.771	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.344.174	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	65.000.000	636.170	0	31.182.372	0	-6.713.523	90.105.019
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-3.248.923	1.059.000	-2.189.923
5.03	Saldo Ajustado	65.000.000	636.170	0	31.182.372	-3.248.923	-5.654.523	87.915.096
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.818.042	0	3.818.042
5.05	Destinações	0	0	0	-2.117.510	617.510	0	-1.500.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.500.000	0	-1.500.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-2.117.510	2.117.510	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-179.306	0	160.483	0	0	-18.823
5.12	Outros	0	0	0	16.731	-1.186.629	970.384	-199.514
5.13	Saldo Final	65.000.000	456.864	0	29.242.076	0	-4.684.139	90.014.801

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Justificativa: Em função da adoção da Resolução 4.966/21, e novo plano de contas "Cosif" pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025 não terão os seus períodos comparativos apresentados, diante da ausência de comparabilidade em função das novas normativas.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	31.923.657	0
7.01.01	Intermediação Financeira	32.445.928	0
7.01.02	Prestação de Serviços	4.390.462	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.192.825	0
7.01.04	Outras	280.092	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-22.870.332	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.754.971	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-67.399	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.132.612	0
7.03.04	Outros	-1.554.960	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	6.298.354	0
7.05	Retenções	-788.289	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-788.289	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.510.065	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.823.121	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.823.121	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.333.186	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	7.333.186	0
7.09.01	Pessoal	1.969.423	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	984.537	0
7.09.01.02	Benefícios	275.016	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	87.485	0
7.09.01.04	Outros	622.385	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.384.465	0
7.09.02.01	Federais	1.190.218	0
7.09.02.03	Municipais	194.247	0
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	161.256	0
7.09.03.01	Aluguéis	161.256	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.818.042	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.500.000	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.318.042	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Justificativa: As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	32.603.990
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	0	32.603.990
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-19.217.062
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	0	-19.217.062
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	13.386.928
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	-8.970.022
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	5.615.335
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-2.926.815
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-2.055.323
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	2.013
3.04.05.01	Receitas de instrumentos de patrimônio	0	2.013
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-9.668.831
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	0	-681.787
3.04.06.02	Provisões (Líquidas)	0	-1.115.142
3.04.06.03	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	0	1.292.214
3.04.06.04	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	0	-6.799.369
3.04.06.05	Variações cambiais (líquidas)	0	-284.099
3.04.06.06	Outras Despesas Operacionais (Líquidas)	0	-2.080.648
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	63.599
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	4.416.906
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-1.355.978
3.06.01	Corrente	0	-2.365.907
3.06.02	Diferido	0	1.009.929
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	3.060.928
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	3.060.928
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	3.052.046
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	8.881

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Justificativa: As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	3.060.928
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-683.068
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	0	-421.457
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados para o Resultado	0	-261.611
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	2.377.860
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	2.368.978
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	8.882

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Justificativa: As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-21.503.627
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	35.058.114
6.01.01.01	Lucro Líquido consolidado do Período	0	3.060.928
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Líquido	0	31.997.186
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-56.561.741
6.01.02.02	Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	0	-30.676.331
6.01.02.05	Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	45.283
6.01.02.06	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	0	-36.062.138
6.01.02.07	Outros ativos	0	-994.800
6.01.02.08	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	0	16.387.884
6.01.02.10	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	0	-1.898.973
6.01.02.11	Outros passivos	0	-1.213.631
6.01.02.12	Impostos Pagos	0	-2.149.035
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	32.665
6.02.01	Investimento	0	-579.007
6.02.02	Alienação	0	275.555
6.02.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	336.117
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-909.486
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-1.472
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-22.381.920
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	89.417.760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	67.035.840

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Justificativa: As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Justificativa: As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Justificativa: As Demonstrações Financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS), serão publicadas na data de 13 de maio de 2025, posteriormente à emissão das Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, emitidas na data de 30 de abril de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	0	30.291.947
7.01.01	Intermediação Financeira	0	32.603.990
7.01.02	Prestação de Serviços	0	3.929.870
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-6.799.369
7.01.04	Outras	0	557.456
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-19.217.062
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-2.015.929
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	0	-223.787
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-1.414.409
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-47.724
7.03.04	Outros	0	-330.009
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	9.058.956
7.05	Retenções	0	-681.787
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-681.787
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	8.377.169
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	63.599
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	63.599
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	8.440.768
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	8.440.768
7.09.01	Pessoal	0	2.616.853
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	1.851.366
7.09.01.02	Benefícios	0	517.482
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	137.385
7.09.01.04	Outros	0	110.620
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	2.701.664
7.09.02.01	Federais	0	2.446.076
7.09.02.02	Estaduais	0	147
7.09.02.03	Municipais	0	255.441
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	61.323
7.09.03.01	Aluguéis	0	61.323
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	1.508.882
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.500.000
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	8.882
7.09.05	Outros	0	1.552.046
7.09.05.01	Reinvestimentos de Lucros	0	1.552.046

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias e Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025 serão divulgadas no prazo legal no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ Pausa no ciclo de corte de juros por parte do Federal Reserve (FED - Banco Central norte-americano).

Após promover três cortes de juros sequenciais nas últimas decisões de política monetária de 2024, o FED pausou o ciclo de cortes de juros na primeira reunião do ano, e vem mantendo os juros estáveis desde então, com uma postura mais cautelosa diante da resiliência da atividade norte-americana e da inflação ainda acima da meta. Além disso, o FED vem ressaltando as incertezas no cenário global, diante de potenciais implicações das políticas adotadas pela presidência dos Estados Unidos, principalmente relacionadas aos impactos das tarifas, com viés de alta para a inflação, e de baixa para a atividade.

❖ Posse do presidente norte-americano Donald Trump.

Após uma vitória expressiva nas eleições presidenciais de 2024, Donald Trump tomou posse no dia 20 de janeiro, efetivando suas principais promessas de campanha, principalmente no tema de imposição de tarifas, cujo principal alvo inicial foi a China, com um aumento de 20% nos tributos, além de outras tributações específicas para certos setores. O aumento das tarifas provoca um choque inflacionário, e impactos na atividade, não apenas nos Estados Unidos, mas nos seus parceiros comerciais.

❖ Mudança de postura fiscal na área do euro e, em particular, na Alemanha.

As eleições gerais na Alemanha foram um marco para o cenário macroeconômico europeu. A nova coalizão, liderada pelo primeiro-ministro Merz, apresentou proposta para fazer uma expansão fiscal sem precedentes no país. O projeto pode ser quebrado em dois: um para investimentos em infraestrutura, outro para gastos em defesa. No total, ambos os projetos podem somar 1 trilhão de euros em cerca de 12 anos, representando uma expansão fiscal de em torno de 20% do PIB. Tal mudança de postura é significativa e muda as perspectivas de crescimento no país para os próximos anos, além de pressionar a comunidade europeia na mesma direção, principalmente em relação a gastos militares.

No ambiente doméstico

❖ Copom promoveu os ajustes sinalizados em dezembro, elevando a taxa básica de juros para 14,25%.

No primeiro trimestre de 2025, a inflação medida pelo IPCA continuou a apresentar níveis elevados, com as principais medidas de núcleo da inflação, especialmente a subjacente de serviços, distanciando-se assim da meta estabelecida de 3,0%. Em resposta, o Banco Central do Brasil manteve uma postura austera, elevando a taxa Selic para 14,25% ao ano, sinalizando novo aumento à frente, ainda que de menor magnitude. O Banco Santander espera que a Selic atinja 15,25% ao ano até junho, mas inicie, posteriormente, um ciclo de cortes até o final de 2025, fechando o ano em 14,75%.

❖ Depois de uma sequência de eventos positivos, o crescimento do PIB ficou abaixo do esperado no 4T24. Passada a safra neste início de ano, a atividade tende a perder ritmo.

Em contraste com a expectativa do Banco Santander e a mediana das projeções de mercado, o PIB no quarto trimestre de 2024 – divulgado no primeiro trimestre de 2025 – repercutiu negativamente ao apresentar sinais de desaceleração maiores que o esperado. De qualquer forma, a economia brasileira apresentou avanço de 3,4% no ano passado, acima do consenso no começo do ano. Os dados já divulgados referentes ao primeiro trimestre de 2025 voltam a mostrar um bom desempenho devido às condições favoráveis do mercado de trabalho. Do mesmo modo, o Banco Santander espera um forte resultado da agropecuária e demais setores que se beneficiam da recuperação da safra, assim como daqueles mais sensíveis às iniciativas governamentais para reforçar o orçamento das famílias. Dito isso, o aperto monetário e os ruídos do cenário sugerem uma perda de fôlego ao longo de 2025.

❖ Desempenho relativo do real foi destaque positivo depois de atingir máxima histórica nominal em 2024.

Um dos destaques do 1T25 foi o desempenho positivo do real, que superou o das economias comparáveis. Entre as 30 moedas mais transacionadas globalmente, o real registrou um ganho de 8,3%, posicionando-se entre as cinco que mais se valorizaram frente ao dólar. Esse movimento foi impulsionado pelo diferencial de juros doméstico-externo, pela ausência de notícias negativas no cenário fiscal e pela suposta disposição do governo norte-americano em negociar sua nova política comercial. No entanto, para que essa valorização continue ao longo do ano, será necessário reduzir, a incerteza no cenário internacional e melhorar a percepção dos agentes sobre a disposição de se reequilibrar as contas públicas, convergir a inflação à meta e, assim, aliviar o aperto monetário de forma consistente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho

2. Desempenho Consolidado

No primeiro trimestre de 2025 mantivemos nossa contínua evolução em direção à retomada de níveis mais elevados de rentabilidade, neste sentido, o lucro líquido do trimestre totalizou R\$ 3,9 bilhões, alta de 27,8% no ano, resultando em um ROAE de 17,4%, incremento de 3,3 p.p. YoY.

Nossas receitas apresentaram boa evolução, com a margem financeira expandindo 7,7% no ano, com incremento em margem com clientes (+9,5% YoY), beneficiada por maiores volumes e spreads. Em comissões, houve crescimento de 5,1% no ano, mantendo o foco na diversificação das nossas receitas, mais balanceadas entre crédito e serviços. Ajustado ao efeito das reclassificações referentes à Resolução CMN nº 4.966/2021, o incremento seria de 7,8% no ano.

A carteira de crédito ampliada apresentou avanço de 4,3% no ano, com foco nos negócios estratégicos, privilegiando o relacionamento principal e a rentabilidade dos portfólios, bem como a boa qualidade de ativos. Em captações, tivemos avanço de 4,5% na comparação anual, guiados por nossa busca de um mix mais equilibrado entre Pessoa Física e Jurídica, alcançando 45% de representatividade do segmento Pessoa Física, aumento de 0,5 p.p. no trimestre e 2 p.p. no ano.

As despesas cresceram 4,4% no ano, abaixo do crescimento das receitas e da inflação, reflexo de uma gestão eficiente de custos, o que nos permitiu a melhoria contínua do índice de eficiência, que atingiu 37,2% no trimestre (-2,5 p.p. YoY), o menor patamar em 3 anos.

Sabendo que desempenhamos um papel crucial na transição para uma economia mais inclusiva e sustentável, seguimos no caminho da evolução sustentável do nosso ROAE, com disciplina na alocação de capital, pautados por nossos pilares estratégicos e transformação constante junto aos nossos clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$ 3,9 bilhões 1T25



Carteira ampliada
R\$ 682,3 bilhões



Margem Financeira
R\$ 15,9 bilhões 1T25

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	1T25
Margem Financeira Bruta	15.921
Comissões	5.137
Receita Total	21.058
Resultado de PDD	(6.390)
Despesas Gerais	(6.573)
Outros	(3.348)
Lucro líquido antes de impostos	4.747
Impostos e minoritários	(886)
Lucro líquido gerencial	3.861

Lucro líquido contábil	3.778
-------------------------------	--------------

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, assecuração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2025.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.303 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que ele se sinta o principal para o Santander.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.



7. Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse período, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono; e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e cultura inclusiva.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 1T25, destacamos os seguintes resultados:

- Viabilizamos R\$ 9,7 bilhões em negócios sustentáveis e alcançamos uma carteira de R\$ 40,2 bilhões como emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.
- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 41% de market share.
- O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou cerca de R\$ 3,3 bilhões em carteira de microcrédito, aumento de 7% YoY, com 1,14 milhão de clientes, atendendo mais de 1.700 municípios.
- Por meio de ações que apoiam a educação, beneficiamos cerca de 9.215 pessoas com cursos e bolsas de estudo, que somaram um investimento de quase R\$ 7 milhões.
- Lançamos o programa “Habilidade não tem limite”, uma jornada de contratação e formação de profissionais com deficiência.
- Alcançamos a pontuação A- no CDP, o maior banco de dados global sobre práticas empresariais relacionadas às mudanças climáticas, emissões, água e florestas.
- Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 50% de membros mulheres e 50% de membros independentes.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no período findo em 31 de março de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Outros Assuntos

O Banco Santander (Brasil) S.A. afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.



10. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de Abril de 2025).

Notas Explicativas

**20
25**



Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas
Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo as com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar
pelo
Banco Central do Brasil**

31 de março de 2025

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas para o período findo em 31 de março de 2025, na reunião realizada em 29 de abril de 2025.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao período findo em 31 de março de 2025, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026.

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting* e *Renegociação e Reestruturação*)

Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram:

1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:

I - De "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado": O Banco Santander realizou um aumento bruto de R\$ 1.925 milhões no valor dos ativos em contrapartida do Patrimônio Líquido oriundo da reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados. A decisão levou em consideração um novo modelo de negócio de Gestão Financeira, e a Administração concluiu que a classificação contábil que mais reflete o objetivo desse modelo de negócio é o Custo Amortizado.

2. Efeitos da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander realizou um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 5.635 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 15% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 3.249 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2.**

Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander e suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

Para o período findo em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco não relacionadas à adoção da resolução 4.966/2021, cujas práticas contábeis adotadas pelo Banco, impactadas pelas novas resoluções, estão descritas abaixo.

Para todas as demais políticas que não sofreram alterações significativas as descrições estão divulgadas nas Demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

a) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

Foram registrados os efeitos da adoção inicial na classificação dos ativos financeiros por categoria, conforme art.4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, de "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado", conforme descrito na **Nota 6**.

Adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art.40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido, conforme descrito na **Nota 9**.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander, para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perda esperadas

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas esperadas, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 — considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual.

Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo valor através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados,

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dado os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (fair value), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

▪ Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

▪ Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;

▪ Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. O Banco Santander avaliará no decorrer de 2025 a proporção a ser aplicada. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Disponibilidades	14.105.064	14.116.773
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	91.239.110	89.264.975
Aplicações no Mercado Aberto	74.327.462	74.327.462
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.026.576	1.052.441
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.885.072	13.885.072
Total	105.344.174	103.381.748

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

3. Aplica76es Interfinanceiras de Liquidez

	Banco			Consolidado
	31/03/2025			31/03/2025
	At6 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	32.312.534	-	87.974.739	120.287.273
Aplica76es no Mercado Aberto	18.427.462	-	-	18.427.462
Posi76o Bancada	5.558.085	-	-	5.558.085
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.039.639	-	-	3.039.639
Notas do Tesouro Nacional - NTN	719.999	-	-	719.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.798.447	-	-	1.798.447
Posi76o Financiada	12.869.377	-	-	12.869.377
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.451.545	-	-	5.451.545
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.417.832	-	-	7.417.832
Posi76o Vendida	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-
Aplica76es em Dep6sitos Interfinanceiros	-	-	87.974.739	87.974.739
Aplica76es em Moeda Estrangeira	13.885.072	-	-	13.885.072
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Atrav6s do Resultado	108.009.998	749.994	-	108.759.992
Aplica76es no Mercado Aberto	108.009.998	749.994	-	108.759.992
Posi76o Bancada	1.562.680	-	-	1.562.680
Letras do Tesouro Nacional - LTN	384.250	-	-	384.250
Notas do Tesouro Nacional - NTN	678.890	-	-	678.890
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	499.540	-	-	499.540
Posi76o Financiada	69.813.230	749.994	-	70.563.224
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.736.258	99.999	-	35.836.257
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.173.489	649.995	-	7.823.484
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.903.483	-	-	26.903.483
Posi76o Vendida	36.634.088	-	-	36.634.088
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.002.582	-	-	17.002.582
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.631.506	-	-	19.631.506
Aplica76es em Dep6sitos Interfinanceiros	-	-	-	-
Aplica76es em Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Total	140.322.532	749.994	87.974.739	229.047.265
				141.719.542
				3.898.592
				2.657.723
				148.275.857

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	31/03/2025				31/03/2025			
	Ajuste ao Valor de Mercado				Ajuste ao Valor de Mercado			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	104.522.969	(2.086.284)	-	102.436.685	100.749.344	(2.001.330)	-	98.748.014
Títulos Públicos	77.871.452	(1.361.585)	-	76.509.867	82.687.827	(1.378.107)	-	81.309.720
Títulos Privados	26.651.517	(724.699)	-	25.926.818	18.061.517	(623.223)	-	17.438.294
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	62.126.062	(22.278)	(1.744.143)	60.359.641	70.906.069	(22.278)	(2.712.984)	68.170.807
Títulos Públicos	62.126.062	(22.278)	(1.744.143)	60.359.641	70.906.069	(22.278)	(2.712.984)	68.170.807
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	112.937.227	(386.532)	-	112.550.695	123.125.315	(658.582)	-	122.466.733
Títulos Públicos	53.165.070	(371.575)	-	52.793.495	53.964.232	(371.575)	-	53.592.657
Títulos Privados	59.772.157	(14.957)	-	59.757.200	69.161.083	(287.007)	-	68.874.076
Total de Títulos e Valores Mobiliários	279.586.258	(2.495.094)	(1.744.143)	275.347.021	294.780.728	(2.682.190)	(2.712.984)	289.385.554

Em 31 de março de 2025, o efeito no patrimônio líquido consolidado referente à classificação de categorias de instrumentos financeiros em função da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi um montante positivo de R\$ 1.925 milhões sendo R\$ 1.059 milhões líquido dos efeitos tributários. A classificação envolveu a transferência de instrumentos financeiros classificados como "Títulos Disponíveis para Venda" para Custo Amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	31/03/2025		Abertura por Vencimento						Banco 31/03/2025
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	77.871.452	(1.361.585)	76.509.867	-	15.577.624	5.101.541	15.406.228	40.424.474	76.509.867
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.029.081	3.923	10.033.004	-	-	3.443.491	667.700	5.921.814	10.033.005
Notas do Tesouro Nacional - NTN	51.993.810	(1.328.994)	50.664.816	-	6.946.382	252.593	12.522.086	30.943.754	50.664.815
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.815.714	(37.008)	14.778.706	-	7.601.319	1.404.351	2.214.130	3.558.906	14.778.706
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.790	(82)	3.708	-	626	1.106	1.976	-	3.708
Títulos da Dívida Externa Brasileira	293	43	336	-	-	-	336	-	336
Títulos da Dívida Estrangeiros	1.028.764	533	1.029.297	-	1.029.297	-	-	-	1.029.297
Títulos Privados	26.651.517	(724.699)	25.926.818	12.043.730	20.081	10.275	211.249	13.641.483	25.926.818
Ações	1.042.974	(508.625)	534.349	534.349	-	-	-	-	534.349
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	152.947	(7.120)	145.827	-	-	3.852	199	141.776	145.827
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	191.851	(9.146)	182.705	-	-	1.239	149	181.317	182.705
Cotas de Fundos de Investimento	11.478.881	30.500	11.509.381	11.509.381	-	-	-	-	11.509.381
Debêntures	13.774.481	(228.667)	13.545.814	-	11.339	5.184	210.901	13.318.390	13.545.814
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	10.383	(1.641)	8.742	-	8.742	-	-	-	8.742
Total	104.522.969	(2.086.284)	102.436.685	12.043.730	15.597.705	5.111.816	15.617.477	54.065.957	102.436.685

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	31/03/2025		Abertura por Vencimento						Consolidado
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	31/03/2025
Títulos Públicos	82.687.827	(1.378.107)	81.309.720	-	15.877.464	5.569.513	17.666.130	42.196.613	81.309.720
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.565.248	66.318	11.631.566	-	-	3.445.121	2.256.007	5.930.438	11.631.566
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.955.682	(1.527.351)	52.428.331	-	6.946.382	252.593	12.522.086	32.707.270	52.428.331
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.134.050	82.432	16.216.482	-	7.901.159	1.870.693	2.885.725	3.558.905	16.216.482
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.790	(82)	3.708	-	626	1.106	1.976	-	3.708
Títulos da Dívida Externa Brasileira	293	43	336	-	-	-	336	-	336
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	1.028.764	533	1.029.297	-	1.029.297	-	-	-	1.029.297
Títulos Privados	18.061.517	(623.223)	17.438.294	2.955.631	20.295	11.751	251.103	14.199.514	17.438.294
Ações	1.897.682	(411.034)	1.486.648	1.486.648	-	-	-	-	1.486.648
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	40.669	-	40.669	-	214	670	39.770	15	40.669
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	153.472	(7.120)	146.352	-	-	3.852	199	142.301	146.352
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	192.194	(9.146)	183.048	-	-	1.240	218	181.590	183.048
Cotas de Fundos de Investimento	1.530.103	23.578	1.553.681	1.468.983	-	-	-	84.698	1.553.681
Letras Financeiras - LF	1.218	-	1.218	-	-	805	15	398	1.218
Debêntures	14.235.796	(217.860)	14.017.936	-	11.339	5.184	210.901	13.790.512	14.017.936
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	10.383	(1.641)	8.742	-	8.742	-	-	-	8.742
Total	100.749.344	(2.001.330)	98.748.014	2.955.631	15.897.759	5.581.264	17.917.233	56.396.127	98.748.014

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

17) Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

										Banco
31/03/2025					Abertura por Vencimento					31/03/2025
Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido							
Títulos Públicos	62.126.062	(22.278)	(1.744.143)	60.359.641	-	-	12.797.229	13.831.880	33.730.532	60.359.641
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	40.387.162	-	83.941	40.471.103	-	-	10.908.736	13.831.880	15.730.487	40.471.103
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.411.508	(3.344)	(628.473)	6.779.691	-	-	1.888.493	-	4.891.198	6.779.691
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.327.381	(18.934)	(1.199.600)	13.108.847	-	-	-	-	13.108.847	13.108.847
Total	62.126.062	(22.278)	(1.744.143)	60.359.641	-	-	12.797.229	13.831.880	33.730.532	60.359.641

										Consolidado
31/03/2025					Abertura por Vencimento					31/03/2025
Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido							
Títulos Públicos	70.906.069	(22.278)	(2.712.984)	68.170.807	-	-	13.763.872	18.798.337	35.608.598	68.170.807
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	46.243.288	-	89.179	46.332.467	-	-	11.875.379	18.693.570	15.763.518	46.332.467
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.411.508	(3.344)	(628.473)	6.779.691	-	-	1.888.493	-	4.891.198	6.779.691
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.251.262	(18.934)	(2.173.679)	15.058.649	-	-	-	104.767	14.953.882	15.058.649
Total	70.906.069	(22.278)	(2.712.984)	68.170.807	-	-	13.763.872	18.798.337	35.608.598	68.170.807

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abertura por vencimento									Banco
									31/03/2025
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	31/03/2025		31/03/2025						
Títulos Públicos	53.165.070	(371.575)	52.793.495	-	2.315.344	13.914.300	29.985.540	6.578.311	52.793.495
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.426.842	(225.620)	20.201.222	-	-	-	19.589.743	611.479	20.201.222
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.200.798	(145.955)	4.054.842	-	-	-	-	4.054.842	4.054.842
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	9.481	-	9.482	-	-	-	9.482	-	9.482
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.997.176	-	1.997.176	-	1.997.176	-	-	-	1.997.176
Títulos da Dívida Externa Espanhola	22.497.716	-	22.497.716	-	-	13.120.450	9.377.266	-	22.497.716
Títulos da Dívida Externa Brasileira	3.239.207	-	3.239.207	-	318.168	-	1.009.049	1.911.990	3.239.207
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	793.850	-	793.850	-	-	793.850	-	-	793.850
Títulos Privados	59.772.157	(14.957)	59.757.200	-	4.982.468	10.094.940	20.987.823	23.691.969	59.757.200
Debêntures	23.354.639	(14.957)	23.339.682	-	916.391	983.619	7.686.395	13.753.277	23.339.682
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	554.135	-	554.135	-	868	2.266	194.007	356.994	554.135
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	73.774	-	73.774	-	-	-	-	73.774	73.774
Cédula de Produto Rural - CPR	25.395.704	-	25.395.704	-	3.727.714	6.856.318	8.569.253	6.242.419	25.395.704
Eurobonds	343.750	-	343.750	-	-	-	44.795	298.955	343.750
Notas Promissórias - NP	7.042.962	-	7.042.962	-	244.994	2.120.120	3.105.126	1.572.722	7.042.962
Notas Comerciais	3.007.193	-	3.007.193	-	92.501	132.617	1.388.247	1.393.828	3.007.193
Total	112.937.227	(386.532)	112.550.695	-	7.297.812	24.009.240	50.973.363	30.270.280	112.550.695

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Abertura por vencimento									Consolidado
									31/03/2025
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no	Valor	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	Amortizado	Resultado (2)	Contábil						
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	31/3/2025		31/3/2025						
Títulos Públicos	53.964.232	(371.575)	53.592.657	—	2.315.344	14.179.720	30.356.431	6.741.162	53.592.657
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.426.842	(225.620)	20.201.222	—	—	—	19.589.743	611.479	20.201.222
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.200.797	(145.955)	4.054.842	—	—	—	—	4.054.842	4.054.842
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	9.481	—	9.481	—	—	—	9.481	—	9.481
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.997.176	—	1.997.176	—	1.997.176	—	—	—	1.997.176
Títulos da Dívida Externa Espanhola	22.497.716	—	22.497.716	—	—	13.120.450	9.377.266	—	22.497.716
Títulos da Dívida Externa Brasileira	3.239.207	—	3.239.207	—	318.168	—	1.009.049	1.911.990	3.239.207
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.593.013	—	1.593.013	—	—	1.059.270	370.892	162.851	1.593.013
Títulos Privados	69.161.083	(287.007)	68.874.076	208.123	4.982.470	10.658.630	21.616.186	31.408.667	68.874.076
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	127.544	—	127.544	—	—	—	53.770	73.774	127.544
Cédula de Produto Rural - CPR	25.395.704	—	25.395.704	—	3.727.715	6.856.318	8.569.253	6.242.418	25.395.704
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	554.135	—	554.135	—	868	2.266	194.007	356.994	554.135
Debêntures	31.364.647	(287.007)	31.077.640	208.123	916.392	1.547.309	7.716.602	20.689.214	31.077.640
Eurobonds	343.750	—	343.750	—	—	—	44.795	298.955	343.750
Notas Comerciais	4.332.341	—	4.332.341	—	92.501	132.617	1.932.633	2.174.590	4.332.341
Notas Promissórias - NP	7.042.962	—	7.042.962	—	244.994	2.120.120	3.105.126	1.572.722	7.042.962
Total	123.125.315	(658.582)	122.466.733	208.123	7.297.814	24.838.350	51.972.617	38.149.829	122.466.733

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R\$ 121.200.945.

(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.349.837	11.005.663
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.501.693	1.773.959
Resultado de Títulos de Renda Variável	(730.191)	(1.224.718)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	5.634
Provisão para Perdas por não Recuperação (1)	100.419	101.825
Outras (2)	598.095	3.026.031
Total	13.819.853	14.688.394

- (1) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
- (2) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 256.054 no Banco e no Consolidado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Presumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	16.957.256	16.687.086	10.916.810	11.421.395
Opções	5.841.543	5.714.712	3.917.756	3.754.819
Contratos a Termo e Outros	15.839.734	14.236.964	15.277.364	13.889.804
Total	38.638.533	36.638.762	30.111.930	29.066.018
Circulante	19.681.450	17.893.910	18.702.237	16.915.410
Não Circulante	18.957.083	18.744.852	11.409.693	12.150.608

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco					Consolidado
	31/03/2025					31/03/2025
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	1.232.429.063	(1.937.390)	270.170	959.405.344	(6.530.338)	(504.585)
Ativo	615.245.836	15.910.321	16.957.256	476.497.503	6.843.729	10.916.810
Juros	299.383.582	12.512.883	9.854.056	216.836.270	4.536.025	4.935.101
Moeda Estrangeira	312.430.643	2.965.092	7.096.639	259.541.233	2.307.704	5.969.214
Outros	3.431.611	432.346	6.561	120.000	-	12.495
Passivo	617.183.227	(17.847.711)	(16.687.086)	482.907.841	(13.374.067)	(11.421.395)
Juros	391.910.527	(13.062.727)	(11.075.284)	346.315.418	(11.876.842)	(9.842.052)
Moeda Estrangeira	223.064.821	(4.772.300)	(5.605.241)	135.605.451	(1.491.551)	(1.576.029)
Outros	2.207.879	(12.684)	(6.561)	986.972	(5.674)	(3.314)
Opções	881.897.008	(2.966.923)	126.831	834.260.175	(1.874.078)	162.937
Compromissos de Compra	396.728.861	5.018.120	5.841.543	375.604.641	2.849.215	3.917.756
Opções de Compra Moeda Estrangeira	25.191.980	3.163.365	3.441.467	14.510.274	1.133.571	1.385.927
Opções de Venda Moeda Estrangeira	18.796.738	575.619	331.190	10.880.792	436.508	269.587
Opções de Compra Outras	48.335.189	776.045	1.930.721	45.808.621	776.045	2.106.870
Mercado Interfinanceiro	6.690.608	423.061	956.372	4.164.040	423.061	1.132.521



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Outras (2)	41.644.581	352.984	974.349	41.644.581	352.984	974.349
Opções de Venda Outras	304.404.954	503.091	138.165	304.404.954	503.091	155.372
Mercado Interfinanceiro	179.451	100.408	95.173	179.451	100.408	112.380
Outras (2)	304.225.503	402.683	42.992	304.225.503	402.683	42.992
Compromissos de Venda	485.168.147	(7.985.043)	(5.714.712)	458.655.534	(4.723.293)	(3.754.819)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	32.158.638	(2.468.629)	(2.684.567)	10.589.604	(590.480)	(454.097)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	11.729.846	(770.215)	(449.142)	10.457.256	(531.035)	(307.280)
Opções de Compra Outras	122.133.541	(4.126.808)	(2.186.128)	118.462.552	(2.982.387)	(2.544.458)
Mercado Interfinanceiro	26.494.117	(3.368.938)	(1.108.703)	22.823.128	(2.224.517)	(1.467.033)
Outras (2)	95.639.424	(757.870)	(1.077.425)	95.639.424	(757.870)	(1.077.425)
Opções de Venda Outras	319.146.122	(619.391)	(394.875)	319.146.122	(619.391)	(448.984)
Mercado Interfinanceiro	1.564.523	(181.485)	(84.762)	1.564.523	(181.485)	(138.871)
Outras (2)	317.581.599	(437.906)	(310.113)	317.581.599	(437.906)	(310.113)
Contratos de Futuros	677.936.868	(114.672)	-	676.903.459	(114.672)	-
Posição Comprada	340.062.183	-	-	339.028.774	-	-
Cupom Cambial (DDI)	124.336.272	-	-	124.336.273	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	143.249.684	-	-	143.249.684	-	-
Moeda Estrangeira	63.568.579	-	-	62.535.169	-	-
Índice (3)	5.329.267	-	-	5.329.267	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.578.381	-	-	3.578.381	-	-
Posição Vendida	337.874.685	(114.672)	-	337.874.685	(114.672)	-
Cupom Cambial (DDI)	124.336.273	-	-	124.336.273	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	143.092.561	-	-	143.092.561	-	-
Moeda Estrangeira	61.538.203	(114.672)	-	61.538.203	(114.672)	-
Índice (3)	5.329.267	-	-	5.329.267	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.578.381	-	-	3.578.381	-	-
Contratos a Termo e Outros	657.843.608	1.364.536	1.602.770	621.987.332	1.764.453	1.387.560
Compromissos de Compra	329.604.072	4.145.444	15.839.734	311.815.892	3.894.219	15.277.364
Moedas	298.125.734	3.465.812	4.780.359	288.936.705	3.368.164	4.467.265
Outros	31.478.338	679.632	11.059.375	22.879.187	526.055	10.810.099
Compromissos de Venda	328.239.536	(2.780.908)	(14.236.964)	310.171.440	(2.129.766)	(13.889.804)
Moedas	296.863.954	(2.204.032)	(3.511.695)	287.538.821	(1.970.279)	(3.410.789)
Outros	31.375.582	(576.876)	(10.725.269)	22.632.619	(159.487)	(10.479.015)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

Notas Explicativas

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de março de 2025, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

						Banco 31/03/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Hedge de Risco de Mercado						
Contratos de Swap	123.974	151.568	114.844	137.629	9.130	13.939
Hedge de Operações de Crédito	123.974	151.568	114.844	137.629	9.130	13.939

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Contratos de Futuros	49.461.501	49.086.824	49.093.374	48.836.611	368.127	250.213
Hedge de Operações de Crédito	9.991.262	11.469.677	10.001.530	11.544.527	(10.268)	(74.850)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	29.768.128	28.445.705	29.553.735	28.342.681	214.393	103.024
Hedge de Captações	9.702.111	9.171.442	9.538.109	8.949.403	164.002	222.039
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	69.241.205	85.648.151	69.303.340	85.678.550	(62.135)	(30.399)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	17.363.955	21.308.597	17.267.360	21.269.938	96.595	38.659
Hedge de Captações	51.877.250	64.339.554	52.035.980	64.408.612	(158.730)	(69.058)

							Consolidado 31/03/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)	
Contratos de Swap	123.974	151.568	114.844	137.629	9.130	13.939	
Hedge de Operações de Crédito	123.974	151.568	114.844	137.629	9.130	13.939	
Contratos de Futuros	44.478.892	49.086.824	44.110.765	48.836.611	368.127	250.213	
Hedge de Operações de Crédito	5.008.653	11.469.677	5.018.921	11.544.527	(10.268)	(74.850)	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	29.768.128	28.445.705	29.553.735	28.342.681	214.393	103.024	
Hedge de Captações	9.702.111	9.171.442	9.538.109	8.949.403	164.002	222.039	
Hedge de Fluxo de Caixa							
Contratos de Swap	6.401.706	7.908.574	6.080.903	7.661.537	320.803	247.037	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.401.706	7.908.574	6.080.903	7.661.537	320.803	247.037	
Hedge de Captações	—	—	—	—	—	—	
Contratos de Futuros	69.241.205	85.648.151	69.303.340	85.678.550	(62.135)	(30.399)	
Hedge de Operações de Crédito	—	—	—	—	—	—	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	17.363.955	21.308.597	17.267.360	21.269.938	96.595	38.659	
Hedge de Captações	51.877.250	64.339.554	52.035.980	64.408.612	(158.730)	(69.058)	

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

								Consolidado 31/03/2025
Banco 31/03/2025								
Estratégias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	-	-	137.629	137.629	-	-	137.629	137.629



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Hedge de Operações de Crédito	-	-	137.629	137.629	-	-	137.629	137.629
Contratos de Futuros	5.308.171	6.338.748	37.189.694	48.836.613	5.308.171	6.338.748	37.189.694	48.836.613
Hedge de Operações de Crédito	2.663.053	4.129.945	4.751.530	11.544.528	2.663.053	4.129.945	4.751.530	11.544.528
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	999.752	-	27.342.929	28.342.681	999.752	-	27.342.929	28.342.681
Hedge de Captações	1.645.366	2.208.803	5.095.235	8.949.404	1.645.366	2.208.803	5.095.235	8.949.404
Hedge de Fluxo de Caixa								
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	7.661.537	7.661.537
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	7.661.537	7.661.537
Contratos de Futuros	6.381.648	36.602.019	42.694.883	85.678.550	6.381.648	36.602.019	42.694.883	85.678.550
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	13.190.817	8.079.120	21.269.937	-	13.190.817	8.079.120	21.269.937
Hedge de Captações	6.381.648	23.411.202	34.615.763	64.408.613	6.381.648	23.411.202	34.615.763	64.408.613

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção. Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Banco/Consolidado	
Valor Nominal	
31/03/2025	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total
	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	-
Total	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/03/2025	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	6.471.547	6.471.547
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	6.471.547	6.471.547
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	6.471.547	6.471.547

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.612.376	32.536.152
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.553.891	10.991.667
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.440.628	7.624.932
Total	41.606.895	51.152.751

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

7. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	1.564.744	11.080.683
Relações Interfinanceiras	118.653.489	118.968.916
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	1.115.612	1.115.612
Total	121.333.845	131.165.211
Circulante	119.553.971	129.385.337
Não Circulante	1.779.874	1.779.874

Em 31 de março de 2025, não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	772.617	9.661.313
Caixas de Registro e Liquidação	2.478	116.312
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	1.372	452.798
Bolsas - Depósitos em Garantia	651.053	651.053
Outros	137.224	199.207
Total	1.564.744	11.080.683
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.529.831	9.583.367
Credores - Conta Liquidações Pendentes	6.774	471.474
Credores por Empréstimos de Ações	-	1.390.789
Caixas de Registro e Liquidação	2	103.822
Comissões e Corretagens a Pagar	4.194	5.904
Outros	35.988	36.240
Total	1.576.789	11.591.596

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

8. Carteira de Créditos

a) Carteira de Créditos

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Operações de Crédito	361.537.717	450.674.916
Empréstimos e Títulos Descontados	230.655.438	234.237.934
Financiamentos	42.931.905	128.486.608
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.205.670	22.205.670
Financiamentos Imobiliários	65.744.704	65.744.704
Operações de Arrendamento Mercantil	-	3.261.676
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11).	7.767.516	7.767.516
Outros Créditos	78.195.710	84.647.690
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.115.612	1.115.612
Outros Créditos Diversos (1)	77.080.098	83.532.078
Total	447.500.943	546.351.798

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

Não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros no período.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o período findo em 31 de março de 2025, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 2.439 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de empréstimos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de março de 2025, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 21.453.

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Vencidas (1)	30.222.651	38.980.142
A vencer:		
Até 3 meses	24.154.720	24.747.051
De 3 a 12 meses	65.040.997	70.311.427
Acima de 12 meses	242.119.349	319.897.972
Total	361.537.717	453.936.592

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

Notas Explicativas

122 - Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Vencidas	1.562.081	1.833.574
A vencer:		
Até 3 meses	16.166.079	17.905.042
De 3 a 12 meses	65.957.305	69.662.437
Acima de 12 meses	2.277.761	3.014.153
Total	85.963.226	92.415.206

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Setor Privado	443.652.002	542.466.103
Indústria	79.183.573	81.176.238
Comércio	54.181.536	60.162.025
Instituições Financeiras	2.834.284	2.845.262
Serviços e Outros (1)	56.231.310	67.491.385
Pessoas Físicas	244.555.654	324.039.992
Cartão de Crédito	58.079.704	58.079.704
Crédito Imobiliário	63.373.874	63.373.874
Crédito Consignado	68.707.331	68.707.331
Financiamento e Leasing de Veículos	273.142	76.008.588
Outros (2)	54.121.603	57.870.495
Agricultura	6.665.645	6.751.201
Setor Público	3.848.941	3.885.695
Governos	3.848.941	3.885.695
Total	447.500.943	546.351.798

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

			Consolidado
			31/03/2025
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros			
Derivativos (3)		Risco	%
Maior Devedor		11.538.246	1,5 %
10 Maiores		67.878.463	8,6 %
20 Maiores		96.509.750	12,2 %
50 Maiores		147.794.612	18,7 %
100 Maiores		187.077.486	23,6 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Notas Explicativas

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	31/03/2025				31/03/2025			
	Banco				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	5.620.742	2.888.225	21.738.054	30.247.021	8.569.112	3.191.100	24.963.656	36.723.868
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	11.874	177	9.900	21.951
Outros recebíveis (2)	1.244.984	501.369	634.678	2.381.031	1.317.733	504.200	846.816	2.668.749
Total Provisão de Crédito	6.865.726	3.389.594	22.372.732	32.628.052	9.898.719	3.695.477	25.820.372	39.414.568
Títulos e Valores Mobiliários	174.945	268.142	2.318.749	2.761.836	184.509	268.142	2.693.941	3.146.592
Outros Instrumentos Financeiros	11.632	3.366	134.776	149.774	11.632	3.366	134.776	149.774
Total	7.052.303	3.661.102	24.826.257	35.539.662	10.094.860	3.966.985	28.649.089	42.710.934
Exposição da Carteira de Crédito (3)	407.465.161	8.463.451	31.410.810	447.339.422	501.781.877	9.549.035	34.859.365	546.190.277
Exposição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (4)	51.178.807	4.417.687	4.160.706	59.757.200	60.295.681	4.417.687	4.160.706	68.874.074

- (1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.
- (2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.
- (3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 162 milhões, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.
- (4) Carteira composta por Títulos Privados mensurados a custo amortizado.

O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de limites e avais em 31 de março de 2025 é de R\$ 1.630 milhões no Banco e Consolidado (Nota 18).

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, registrados em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco e Consolidado foi de um incremento na provisão de R\$ 5.635 milhões (R\$ 3.249 milhões líquidos dos efeitos tributários).

Notas Explicativas

17 - Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito					Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025	Ganhos e Perdas	Outras Movimentações	Transferências Estágio 2	Transferências Estágio 3	Total Perda Esperada Saldo final - 31/03/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito						
Operações de crédito e outros recebíveis	7.239.776	1.280.449	(1.037)	(1.774.764)	121.302	6.865.726
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	154.340	137.861	-	(3.120)	387	289.468
Total	7.394.116	1.418.310	(1.037)	(1.777.884)	121.689	7.155.194

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito					Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025	Ganhos e Perdas	Outras Movimentações	Transferências Estágio 1	Transferências Estágio 3	Total Perda Esperada Saldo final - 31/03/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito						
Operações de crédito e outros recebíveis	2.637.493	1.471.452	1.392	1.774.764	(2.495.507)	3.389.594
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	35.881	(11.550)	(1)	3.120	(1.755)	25.695
Total	2.673.374	1.459.902	1.391	1.777.884	(2.497.262)	3.415.289

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito					Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025	Ganhos e Perdas	Outras Movimentações	Transferências Estágio 1	Transferências Estágio 2	Total Perda Esperada Saldo final - 31/03/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito						
Operações de crédito e outros recebíveis	20.886.152	2.442.945	(3.330.570)	(121.302)	2.495.507	22.372.732
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.556.946	237.654	(199.521)	(387)	1.755	2.596.447
Total	23.443.098	2.680.599	(3.530.091)	(121.689)	2.497.262	24.969.179



Notas Explicativas

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito					Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025	Ganhos e Perdas	Outras Movimentações	Transferências Estágio 2	Transferências Estágio 3	Total Perda Esperada Saldo final - 31/03/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito						
Operações de crédito e outros recebíveis	10.271.191	1.282.029	(1.039)	(1.774.764)	121.302	9.898.719
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	194.400	97.801	-	(3.120)	387	289.468
Total	10.465.591	1.379.830		(1.777.884)	121.689	10.188.187

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito					Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025	Ganhos e Perdas	Outras Movimentações	Transferências Estágio 1	Transferências Estágio 3	Total de perda esperada Saldo final - 31/03/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito						
Operações de crédito e outros recebíveis	2.794.887	1.619.940	1.393	1.774.764	(2.495.507)	3.695.477
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	44.980	(20.650)	-	3.120	(1.755)	25.695
Total	2.839.867	1.599.290	1.393	1.777.884	(2.497.262)	3.721.172

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito					Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025	Ganhos e Perdas	Outras Movimentações	Transferências Estágio 1	Transferências Estágio 2	Total Perda Esperada Saldo final - 31/03/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito						
Operações de crédito e outros recebíveis	21.566.168	3.543.426	(1.663.427)	(121.302)	2.495.507	25.820.372
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.023.653	155.702	(199.520)	(387)	1.755	2.981.203
Total	24.589.821	3.699.128	(1.862.947)	(121.689)	2.497.262	28.801.575



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Banco	Consolidado
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Saldo Inicial	33.510.588	37.895.277
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	2.823.539	5.634.826
Saldos em 1 de janeiro de 2025	36.334.127	43.530.103
Constituições Líquidas das Reversões	5.558.811	6.678.248
Baixas	(6.353.276)	(7.497.417)
Saldo Final	35.539.662	42.710.934
Créditos Recuperados	507.003	621.674

c) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

c.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
	Novos Reconhecidos	Novos Reconhecidos
Instrumentos Financeiros Renegociados (1)	3.504.460	4.209.663
Operações de Crédito	3.504.460	4.209.663

(1) O montante contempla operações para as quais ocorreram contratações de acordos e alterações contratuais vinculadas à avaliação creditícia não caracterizada como reestruturação , em atraso a partir de 30 dias, ocorridas no período.

Não ocorreram baixas para os contratos renegociados no período.

c.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	43.649.000	48.651.922
Percentual dos Ativos Reestruturados (%)	50 %	49 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	(523.603)	(523.603)

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativos Fiscais Diferidos	48.521.317	53.726.819
Impostos e Contribuições a Compensar	10.124.113	12.197.552
Total	58.645.430	65.924.371
Circulante	3.133.570	3.424.524
Não Circulante	55.511.860	62.499.847

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco
	31/03/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (4)	67.697.764	5.327.408	(2.622.403)	30.463.994
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.196.083	145.420	(89.724)	1.438.237
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.711.922	94.091	(38.661)	1.220.365
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.320.145	314.559	(699.844)	1.944.066
Ágio	69.873	-	(13.124)	31.445
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	6.301.915	1.038.114	(1.263.545)	2.187.874
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	5.416.321	441.877	(1.315.044)	2.575.866
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	366.556	3.175	(7.251)	164.949
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	423.148	230.334	(629.593)	186.154
Outras Provisões Temporárias (3)	4.126.983	481.552	(1.916.878)	1.771.289
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	94.630.710	8.076.530	(8.596.067)	41.984.239
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	14.501.916	1.321.541	-	6.537.078
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	109.132.626	9.398.071	(8.596.067)	48.521.317

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Origens			Consolidado
	31/03/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (4)	76.273.634	7.556.781	(3.597.598)	33.968.016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.426.995	162.007	(102.781)	1.530.180
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.816.194	97.151	(46.174)	1.272.870
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.538.787	324.743	(711.145)	2.059.235
Ágio	69.874	-	(13.124)	31.444
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	6.504.866	1.486.623	(1.713.718)	2.266.604
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	6.390.316	453.981	(1.335.205)	2.990.542
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	382.188	3.175	(7.251)	172.711
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	485.935	239.190	(666.955)	344.174
Outras Provisões Temporárias (3)	4.737.888	622.312	(2.028.512)	2.255.733
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	105.626.677	10.945.963	(10.222.463)	46.891.509
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	15.454.052	1.348.961	-	6.835.310
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	121.080.729	12.294.924	(10.222.463)	53.726.819

- (1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
- (2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
- (3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
- (4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 1/1/2025 foram de R\$ 1.268 milhões no Banco e de R\$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 31 de março de 2025, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 42.511.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano					Banco
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	31/03/2025
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Total Registrado
2025	5.078.308	4.114.661	81.735	-	9.274.704
2026	6.172.893	4.958.374	108.980	-	11.240.247
2027	2.730.841	2.184.662	108.980	530.106	5.554.589
2028	1.636.708	1.309.356	108.980	1.300.917	4.355.961
2029	1.549.318	1.239.444	108.979	1.675.353	4.573.094
2030 a 2034	4.936.643	3.949.312	27.244	3.030.702	11.943.901



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Após 2035		877.123	701.698	-	-	1.578.821
Total		22.981.834	18.457.507	544.898	6.537.078	48.521.317
						Consolidado
						31/03/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrado	
2025	5.935.326	4.623.687	88.148	128.594	10.775.755	
2026	6.969.673	5.428.592	117.528	31.526	12.547.319	
2027	3.477.001	2.622.776	117.528	536.868	6.754.173	
2028	1.891.221	1.469.099	117.527	1.310.490	4.788.337	
2029	1.682.995	1.326.582	117.527	1.684.959	4.812.063	
2030 a 2034	5.182.451	4.101.443	29.382	3.063.376	12.376.652	
Após 2035	921.929	728.748	-	21.843	1.672.520	
Total	26.060.596	20.300.927	587.640	6.777.656	53.726.819	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.3). A expectativa de realização dos créditos tributários relativos a Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, poderão ser deduzidas a partir do mês de janeiro de 2026, em um prazo de à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos). De acordo com a Lei nº 14.467/2022 as entidades poderão optar até 31 de dezembro de 2025 qual prazo será utilizado para dedução fiscal desse saldo. Para o estudo de realização dos créditos tributários consideramos 1/120 (10 anos) e que a decisão permanente da administração será tomada em dezembro/2025.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 37.810.221 no Banco e R\$ 42.204.061 no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Passivos Fiscais Diferidos	5.625.276	7.837.588
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	288.626	1.099.625
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.131.600	4.238.819
Total	7.045.502	13.176.032
Circulante	1.070.670	3.424.523



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Não Circulante	5.974.832	9.751.509
(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.950.462 no Banco e Coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)		

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco
	31/03/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	7.221.575	1.826.612	(1.644.854)	3.210.923
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.653.958	664.470	(445.823)	1.737.732
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.158	-	-	5.289
Outros (2)	1.492.265	17.485	-	671.332
Total	12.388.956	2.508.567	(2.090.677)	5.625.276

	Origens			Consolidado
	31/03/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	9.599.407	3.685.607	(3.744.918)	4.215.600
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.875.937	664.931	(490.706)	1.849.687
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.784.290	-	(5.577)	446.072
Outros (2)	3.427.847	33.829	(114.296)	1.326.229
Total	18.687.481	4.384.367	(4.355.497)	7.837.588

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui a atualização da provisão entre Banco Santander e Esfera e o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

12) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

				Banco
				31/03/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2025	392.081	302.462	75.857	770.399
2026	522.774	403.282	101.142	1.027.199
2027	522.774	403.282	101.142	1.027.199
2028	521.452	403.282	101.142	1.025.877
2029	521.011	403.282	101.142	1.025.437
2030 a 2034	224.524	176.150	25.287	425.959
Após 2035	179.562	143.645	-	323.206
Total	2.884.178	2.235.385	505.712	5.625.276

				Consolidado
				31/03/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2025	831.129	427.841	100.320	1.359.290
2026	964.649	518.037	125.433	1.608.119
2027	735.980	510.416	123.575	1.369.971
2028	718.799	502.802	123.356	1.344.957
2029	716.401	501.628	123.356	1.341.385
2030 a 2034	268.877	190.207	30.839	489.923
Após 2035	180.174	143.769	-	323.943
Total	4.416.009	2.794.700	626.879	7.837.588



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.065.183	5.386.503
Participações no Lucro (1)	(509.553)	(721.553)
Resultado não Realizado	-	(176)
Resultado antes dos Impostos	3.555.630	4.664.774
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(1.600.034)	(2.099.148)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	820.404	34.554
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	332.194	375.123
Juros sobre o Capital Próprio	675.000	675.000
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	52.023	42.501
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	194.221
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(17.176)	(44.981)
Imposto de Renda e Contribuição Social	262.412	(822.730)
Impostos Correntes	(24.598)	(1.436.080)
Imposto de renda e contribuição social do período	(24.598)	(1.436.080)
Impostos Diferidos	(1.034.531)	(716.701)
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(1.034.531)	(716.701)
Constituição no período sobre:	1.321.541	1.330.051
Base Negativa de Contribuição Social	578.372	582.586
Prejuízo Fiscal	743.169	747.465
Total dos impostos diferidos	287.010	613.350
Imposto de Renda e Contribuição Social	262.412	(822.730)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Despesa com Cofins	819.633	1.100.961
Despesa com ISS	176.320	236.014
Despesa com PIS	133.190	185.286
Outras	61.046	74.719
Total	1.190.189	1.596.980

Notas Explicativas

11. Outros Ativos

	Banco 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	50.719.928	50.720.623
Direitos Creditórios (1)	25.671.712	31.982.853
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	406.943	406.943
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.950.173	7.921.704
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.587.601	1.677.011
Outros - Cíveis	766.941	965.607
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Pagamentos a Ressarcir	83.471	84.415
Adiantamentos Salariais	218.954	470.793
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	3.036.193
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	7.767.516	7.767.516
Plano de Benefícios a Funcionários	326.571	394.298
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	281.515	421.659
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	161.292	184.080
Rendas a Receber	3.755.671	4.265.835
Outros Valores e Bens	1.177.998	1.198.867
Outros (2)	19.566.634	17.477.092
Total	118.443.416	128.975.985
Circulante	112.724.731	121.310.410
Não Circulante	5.718.685	7.665.575
(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.		
(2) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.		

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo(1)
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Resultado do Período	705.156	661.046
	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo (1)
	31/03/2025	31/03/2025
Ativo		
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	147.917.392	153.222.840
Ativo Permanente	33	-
Total do Ativo	147.917.425	153.222.840
Passivo		
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	107.422.452	130.089.803
Patrimônio Líquido	40.494.973	23.133.037
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.917.425	153.222.840

(1) A moeda funcional é o Real.

Notas Explicativas

13. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			31/03/2025
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	95,00 %	95,00 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Outras	558.601	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %
Toro Participações S.A.	Holding	14.763	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00 %	100,00 %
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	59,64 %	59,64 %
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %

Notas Explicativas

Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	100,00 %	100,00 %
(1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é controlador da Toro Investimentos S.A. indiretamente.					
					31/03/2025
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Influência Significativa do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núcleo S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	20,00 %	20,00 %
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
	Prestação de				
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %
Fundos de Investimentos Consolidados					
- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas); - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina); - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá); - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC); - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo; - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3); - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1); - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2); - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3); - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4); - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4);					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- Atua em Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet;
 - Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
 - San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
 - D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
 - Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
 - Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
 - Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; e
 - Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento.
- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos	Banco Resultado da Equivalência Patrimonial
		01/01 a		01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Controladas pelo Banco Santander				
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	8.158.903	495.986	8.158.903	495.986
Banco RCI Brasil S.A.	1.479.634	50.918	579.756	20.311
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	214.034	(698)	214.034	(698)
Esfera Fidelidade S.A.	990.917	220.833	990.917	220.832
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	9.677.440	92.814	9.677.440	92.814
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.171.108	144.084	1.171.108	144.084
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.097.734	82.145	1.097.734	82.145
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.005.164	(3.443)	1.005.162	(3.443)
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	8.611.062	594.853	8.611.062	594.853
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.232.662	165.804	10.232.662	165.804
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	264.003	5.191	264.003	5.191
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núcleo S.A.	1.917.407	168.779	336.121	29.587
Pluxee Benefícios Brasil S.A	9.871.100	138.845	1.974.220	27.769
Outros	1.868.997	67.538	1.400.880	(52.114)
Total	56.560.165	2.223.650	45.714.002	1.823.121

Notas Explicativas

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos	Consolidado Resultado da Equivalência Patrimonial
		01/01 a		01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander				
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	8.842	(8.697)	1.473	(1.449)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	343.525	(12.595)	68.704	(2.519)
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	3.825	342	425	38
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	332.526	(2.230)	51.741	(347)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	4.918	304	2.459	152
Santander Auto S.A.	94.882	13.156	47.441	6.578
Tecnologia Bancária S.A.	963.962	(18.577)	182.960	(3.526)
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A.	465.107	68.353	139.532	20.506
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núclea S.A.	1.917.407	168.774	336.121	29.586
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	9.871.100	138.845	1.974.220	27.768
Outros	-	-	79.508	-
Total	14.006.094	347.674	2.884.584	76.787

Notas Explicativas

14. Imobilizável de Uso

	Banco			Consolidado		
	31/03/2025			31/03/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.347.167	(1.042.333)	1.304.834	2.596.430	(1.113.106)	1.483.324
Terrenos	601.754	-	601.754	646.322	-	646.322
Edificações	1.745.413	(1.042.333)	703.080	1.950.108	(1.113.106)	837.002
Outras Imobilizações de Uso	12.637.795	(9.569.049)	3.068.746	13.087.159	(9.806.682)	3.280.477
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.423.075	(4.204.648)	1.218.427	5.504.281	(4.308.030)	1.196.251
Equipamentos de Processamento de Dados	2.888.911	(2.066.619)	822.292	3.081.853	(2.087.976)	993.877
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.332.901	(2.564.945)	767.956	3.503.094	(2.673.813)	829.281
Sistemas de Segurança e Comunicações	929.593	(695.119)	234.474	934.589	(699.117)	235.472
Outras	63.315	(37.718)	25.597	63.342	(37.746)	25.596
Total	14.984.962	(10.611.382)	4.373.580	15.683.589	(10.919.788)	4.763.801

15. Intangível

	Banco			Consolidado		
	31/03/2025			31/03/2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.138.296)	82.219	28.192.813	(27.719.600)	473.213
Outros Ativos Intangíveis	15.933.658	(8.912.970)	7.020.688	16.624.508	(9.292.012)	7.332.496
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	11.067.638	(6.541.856)	4.525.782	11.757.611	(6.920.896)	4.836.715
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.692.640	(2.197.734)	2.494.906	4.692.641	(2.197.734)	2.494.907
Outros	173.380	(173.380)	-	174.256	(173.382)	874
Total	43.154.173	(36.051.266)	7.102.907	44.817.321	(37.011.612)	7.805.709

Para o período findo em 31 de março de 2025, não houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco				31/03/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	77.051.944	159.108.570	104.093.141	153.088.283	493.341.938
Depósitos à Vista	22.118.361	28.955.021	-	-	51.073.382
Depósitos de Poupança	54.786.470	-	-	-	54.786.470
Depósitos Interfinanceiros	-	681.912	-	5.283.915	5.965.827
Depósitos a Prazo (1)	147.113	129.471.637	104.093.141	147.804.368	381.516.259
Captações no Mercado Aberto	-	143.402.472	13.951.994	24.391.243	181.745.709
Carteira Própria	-	60.978.325	44.777	2.082	61.025.184
Títulos Públicos	-	48.458.112	30.779	-	48.488.891
Outros	-	12.520.213	13.998	2.082	12.536.293
Carteira de Terceiros	-	82.424.147	-	-	82.424.147
Carteira de Livre Movimentação	-	-	13.907.217	24.389.161	38.296.378
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	20.444.347	51.512.535	107.504.654	179.461.536
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	13.678.818	39.313.224	74.644.202	127.636.244
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.388.857	15.371.560	22.815.457	42.575.874
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	3.611.762	13.491.797	18.438.170	35.541.729
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.897.105	2.325.199	26.618.140	31.840.444
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.781.094	8.124.668	6.772.435	17.678.197
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	6.765.529	7.932.382	19.026.523	33.724.434
Certificados de Operações Estruturadas	-	-	4.266.929	13.833.929	18.100.858
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	119.117.028	2.425.828	2.845.770	124.388.626
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	115.509.342	-	-	115.509.342
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	115.288.179	-	-	115.288.179
Outras Linhas de Crédito	-	221.163	-	-	221.163
Obrigações por Repasses do País	-	3.607.686	2.425.828	2.845.770	8.879.284
Total	77.051.944	442.072.417	171.983.498	287.829.950	978.937.809
Circulante	77.051.944	442.072.417	171.983.498	-	691.107.859
Não Circulante	-	-	-	287.829.950	287.829.950

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado 31/03/2025				
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	76.650.412	140.690.543	70.292.322	204.907.419	492.540.696
Depósitos à Vista	21.480.682	28.955.021	-	-	50.435.703
Depósitos de Poupança	54.786.470	-	-	-	54.786.470
Depósitos Interfinanceiros	-	(17.814.483)	(33.706.585)	57.103.049	5.581.981
Depósitos a Prazo (1)	147.113	129.550.005	103.998.907	147.804.370	381.500.395
Outros Depósitos	236.147	-	-	-	236.147
Captações no Mercado Aberto	-	126.358.926	13.951.994	24.391.243	164.702.163
Carteira Própria	-	55.461.763	44.777	2.082	55.508.622
Títulos Públicos	-	42.942.177	30.779	-	42.972.956
Outros	-	12.519.586	13.998	2.082	12.535.666
Carteira de Terceiros	-	70.897.163	-	-	70.897.163
Carteira de Livre Movimentação	-	-	13.907.217	24.389.161	38.296.378
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	15.974.563	50.997.288	102.555.248	169.527.099
Recursos de Aceites Cambiais	-	104.348	357.254	1.079.479	1.541.081
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	14.210.224	40.094.840	79.267.946	133.573.010
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.388.857	15.371.560	22.815.459	42.575.876
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	3.611.762	13.491.797	18.438.170	35.541.729
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.428.510	3.106.815	31.241.882	37.777.207
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.781.095	8.124.668	6.772.435	17.678.198
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.659.991	6.278.265	8.373.897	16.312.153
Certificados de Operações Estruturadas	-	-	4.266.929	13.833.926	18.100.855
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	118.968.027	2.425.828	2.845.770	124.239.625
Obrigações por Empréstimos no País	-	3.607.686	-	-	3.607.686
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	111.752.655	-	-	111.752.655
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	111.408.502	-	-	111.408.502
Outras Linhas de Crédito	-	344.153	-	-	344.153
Obrigações por Repasses do País	-	3.607.686	2.425.828	2.845.770	8.879.284
Total	76.650.412	401.992.059	137.667.432	334.699.680	951.009.583
Circulante	76.650.412	401.992.059	137.667.432	-	616.309.903
Não Circulante	-	-	-	334.699.680	334.699.680

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2025 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2025 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2045.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2026 e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,09% a 0,91% a.a.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Banco	Consolidado
			31/03/2025	31/03/2025
			Total	Total
2019	2027	Até 9% + CDI	541.316	-
2020	2027	Até 9% + CDI	47.048	-
2021	2031	Até 9% + CDI	3.228.929	2.773.224
2022	2035	Até 9% + CDI	1.803.358	1.392.267
2023	2031	Até 9% + CDI	8.656.359	2.741.553
2024	2035	Até 9% + CDI	10.850.419	5.895.862
2025	2035	Até 9% + CDI	8.597.005	3.509.247
Total			33.724.434	16.312.153

c) Abertura de contas de resultado

	Banco	Consolidado
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	9.720.455	9.729.237
Depósitos de Poupança	1.005.307	1.005.307
Depósitos Interfinanceiros	164.662	163.013
Captação no Mercado Aberto (2)	7.184.334	6.915.284
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	79.365
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	2.945.323	3.200.720
Outras (3)	665.882	616.202
Total	21.685.963	21.709.128

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 782.528, referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 2.149.449 no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com TVM Nota 6.a.V.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

17. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	Banco 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	1.576.789	11.591.596
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.448.586	23.659.003
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.167.429	10.210.101
Relações Interdependências e Interfinanceiras	9.286.223	9.286.223
Total	44.479.027	54.746.923
Circulante	36.801.971	46.878.955
Não Circulante	7.677.056	7.867.968

Em 31 de março de 2025, não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

						Consolidado 31/03/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	8.274.373	
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	311.976	
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	7.185.179	
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.600	CDI+1,4%	7.677.059	
Letras Financeiras - Nível II (1)(3)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	210.416	
Total						23.659.003

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

(3) Letras Financeiras emitidas através do Banco RCI. No Banco Santander, desse modo, o total de instrumentos de dívidas elegíveis a capital é de R\$ 23.448.586.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Banco 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	4.375.223
Obrigações com Cartões de Crédito	51.167.935	51.167.970
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	2.920.702	3.125.639
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	5.939.908	6.679.529
Ações Trabalhistas	2.783.992	3.168.506
Ações Cíveis	3.155.916	3.511.023
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	536.703	536.703
Plano de Benefícios a Funcionários	1.310.200	1.316.374
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.293	4.293
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.278.782	1.805.238
Despesas Administrativas	179.074	390.093
Outros Pagamentos	36.699	263.224
Credores por Recursos a Liberar	1.136.891	1.136.891
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	520.769	520.769
Fornecedores	726.004	1.079.168
Sociais e Estatutárias	260.731	1.143.901
Débitos com Operações de Seguros	-	1.652.069
Outras (1)	15.618.100	18.942.430
Total	81.636.791	94.139.514
Circulante	11.110.962	23.103.384
Não Circulante	70.525.829	71.036.130

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Banco/Consolidado 31/03/2025
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	2.709.660
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	21.972.520
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	14.358.500
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	1.610.000
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.353.719
Outras Fianças Bancárias	14.194.459
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.049.660
Total	64.248.518

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Saldo Inicial	605.207
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	(106.285)
Constituição/Reversão	39.639
Outras	(1.858)
Saldo Final	536.703

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

13. Hierarquia do Valor Justo

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e *opções*), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (*opções* de taxa de câmbio, *opções* de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

	31/03/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	82.622.559	151.808.489	3.188.888	237.619.936
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	108.759.992	—	108.759.992
Títulos e Valores Mobiliários	82.622.559	13.580.754	2.544.701	98.748.014
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	29.467.743	644.187	30.111.930
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	66.384.446	—	1.786.361	68.170.807
Títulos e Valores Mobiliários	66.384.446	—	1.786.361	68.170.807
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	—	28.529.942	536.076	29.066.018
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	28.529.942	536.076	29.066.018

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2025:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

31/03/2025

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	39.515.865	39.515.865	13.885.072	18.727.184	6.903.609
Títulos e Valores Mobiliários	122.466.733	122.466.733	60.537.833	-	61.928.900
Operações de Crédito	450.674.916	444.541.024	-	-	444.541.024
Total	612.657.514	606.523.622	74.422.905	18.727.184	513.373.533

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2025:

31/03/2025

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	492.540.696	542.729.427	-	-	542.729.427
Captações no Mercado Aberto	164.702.163	164.718.678	-	164.718.678	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	169.527.099	172.023.789	-	-	172.023.789
Obrigações por Empréstimos e Repasses	124.239.625	124.239.625	-	-	124.239.625
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.659.003	23.659.003	-	-	23.659.003
Total	974.668.586	1.027.370.522	-	164.718.678	862.651.844

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de março de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	2.920.702	3.125.639
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	5.939.908	6.679.529
Ações Trabalhistas	2.783.992	3.168.506
Ações Cíveis	3.155.916	3.511.023
Total	8.860.610	9.805.168

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco 01/01 a 31/03/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.824.081	2.609.381	3.014.320
Constituição Líquida de Reversão	109.748	689.023	227.957
Atualização Monetária	37.956	15.079	79.035
Baixas por Pagamento	(51.083)	(529.491)	(165.396)
Saldo Final	2.920.702	2.783.992	3.155.916
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.929.681	488.675	275.478
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.691	795	1.430
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.933.372	489.470	276.908

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado		
	01/01 a		
	31/03/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	3.032.613	2.968.667	3.340.948
Constituição Líquida de Reversão	111.383	739.647	300.639
Atualização Monetária	40.031	12.005	80.795
Baixas por Pagamento	(58.388)	(551.813)	(211.359)
Saldo Final	3.125.639	3.168.506	3.511.023
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.318.045	511.994	282.594
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	5.006	795	1.430
Total dos Depósitos em Garantia (2)	3.323.051	512.789	284.024

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 5.605 milhões e no Consolidado é R\$ 6.442 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.184 milhões no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 142 milhões no Banco e R\$ 144 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras – R\$ 321 milhões no Banco e R\$ 335 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e**.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Notas Explicativas

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 36.308 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de março de 2025, o valor envolvido é de R\$ 2.288 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

ISS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 9.828 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 3.615 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2025 o valor era de aproximadamente R\$ 6.695 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.108 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 2.568 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 800 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 578 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de março de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.264 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 580 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela AFABESP pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. Inicialmente a ação foi julgada desfavoravelmente ao Banco Santander que recorreu desta decisão inicial e em 23 de agosto de 2024, foi julgado favorável ao Banco Santander. Desta nova decisão, em 30 de agosto de 2024, a AFABESP opôs Embargos de Declaração que estão pendentes de julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 3.273 milhões no Consolidado, tendo como principal processo:

Ação Indenizatória Referente à Serviços de Custódia prestadas pelo Banco Santander. O processo está em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	137.069	162.933	300.002
De Domiciliados no Exterior	3.681.626	3.516.903	7.198.529

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(13.830)	(13.830)	(27.660)
Total em Circulação	3.804.865	3.666.006	7.470.871

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada período, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do período social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no período findo em 31 de março de 2025.

31/03/2025							
Em milhares	Reais por Milhares de Ações/Units						
	Bruto			Líquido			Unit
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	
Juros sobre o Capital Próprio (1)(2)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Total	1.500.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de março de 2025 o Banco Santander possuía 360.321.205 ações ordinárias e 388.125.615 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

		Banco/Consolidado
		Em Milhares de Ações
		31/03/2025
		Quantidade
		Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		19.451
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(5.621)
Ações em Tesouraria no Final do Período		13.830
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	722.453
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	724.224
Custo/Cotação da Ação		Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,33
Custo Máximo (*)	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	26,72
(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.		

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido	Resultado
	31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Banco RCI Brasil S.A.	899.879	41.089
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	343.195	21.411
Rojo Entretenimento S.A.	8.800	96
Fit Economia de Energia S.A.	(7.843)	(3.461)
América Gestão Serviços em Energia S.A.	2.953	1.507
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	535.823	—
Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	175.566	3.109
Total	1.958.373	63.751

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no período findo em 31 de março de 2025, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco	Consolidado
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Remuneração Fixa	26.994	34.860

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Remuneração variável - Em espécie	45.917	51.624
Remuneração variável - Em ações	43.105	44.482
Outras	25.409	28.940
Total Benefícios de Curto Prazo	141.425	159.906
Remuneração variável - Em espécie	78.724	85.349
Remuneração variável - Em ações	74.048	76.142
Total Benefícios de Longo Prazo	152.772	161.491
Total	294.197	321.397

Adicionalmente, em 2025 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 10.941

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/03/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.828	0,1 %	2.828	0,1 %	5.655	0,1 %
Outros	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %
Total em Circulação	3.799.243	99,5 %	3.660.385	99,5 %	7.459.628	99,5 %
Ações em Tesouraria	19.452	0,5 %	19.452	0,5 %	38.903	0,5 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %

- (1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
- (2) Composto por Funcionários e Outros.
- (*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

4 Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Ativo	10.022.601	129.584.735	69.763	139.677.099
Disponibilidades	1.322.279	195.090	-	1.517.368
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.235.172	81.071.130	-	88.306.302
Títulos e Valores Mobiliários	-	11.370.660	-	11.370.660
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	748.532	1.265.782	-	2.014.314
Relações Interfinanceiras	-	22.379.874	-	22.379.874
Operações de Crédito	-	1.560.854	46.726	1.607.580
Negociação e Intermediação de Valores	495.704	120.519	-	616.223
Rendas a Receber	-	1.650.315	-	1.650.315
Outros Ativos - Diversos	220.914	9.970.512	-	10.191.426
Garantias e Limites	-	-	23.037	23.037
Passivo	(1.035.442)	(48.599.743)	(774.935)	(50.410.119)
Depósitos	(967.937)	(5.487.292)	(54.905)	(6.510.135)
Operações Compromissadas	-	(17.074.325)	(1)	(17.074.325)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(18.086.994)	(37.486)	(18.124.480)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(568.972)	-	(568.972)
Outros Passivos - Diversos	(67.505)	(7.382.160)	(682.543)	(8.132.208)
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Resultado	1.965.505	1.125.903	(376.003)	2.715.406
Resultado da Intermediação Financeira	2.013.992	1.617.839	(970)	3.630.861
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(48.487)	(491.936)	(375.033)	(915.455)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Ativo	10.022.601	24.605.246	69.828	34.697.675
Disponibilidades	1.322.279	195.090	-	1.517.368
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.235.172	-	-	7.235.172
Títulos e Valores Mobiliários	-	25.095	-	25.095
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	748.532	-	-	748.532
Relações Interfinanceiras	-	22.368.603	-	22.368.603
Operações de Crédito	-	23.522	46.791	70.313
Negociação e Intermediação de Valores	495.704	120.519	-	616.223
Rendas a Receber	-	1.655.919	-	1.655.919
Outros Ativos - Diversos	220.914	216.498	-	437.412
Garantias e Limites	-	-	23.037	23.037
Passivo	(1.035.442)	(11.189.578)	(793.991)	(13.019.011)
Depósitos	(967.937)	(2.711.948)	(55.447)	(3.735.332)
Operações Compromissadas	-	(30.779)	(538)	(31.317)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(684.450)	(37.486)	(721.936)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(568.972)	-	(568.972)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-
Outros Passivos - Diversos	(67.505)	(7.193.430)	(700.520)	(7.961.454)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Resultado	1.965.505	85.809	(384.477)	1.666.837
Resultado da Intermediação Financeira	2.013.992	(135.216)	(926)	1.877.850
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(48.487)	221.025	(383.551)	(211.013)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 13.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Administração de Recursos	115.976	413.680
Serviços de Conta Corrente	1.041.192	1.041.507
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	290.982	453.130
Operações de Crédito (1)	64.064	223.975
Rendas de Garantias Prestadas	226.918	229.155
Comissões de Seguros	483.449	1.027.837
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.696.656	1.706.391
Cobrança e Arrecadações	269.211	277.174
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	360.356	418.883
Outras	132.640	131.777
Total	4.390.462	5.470.379

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. Despesas de Pessoal

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Remuneração	984.537	1.410.295
Encargos	419.341	601.794
Benefícios	275.016	433.947
Treinamento	6.733	21.375
Outras	20	59
Total	1.685.647	2.467.470

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

25. Outras Despesas Administrativas

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Depreciações e Amortizações	788.289	853.506
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	1.132.612	926.406
Comunicações	58.235	63.018
Processamento de Dados	921.463	797.952
Propaganda, Promoções e Publicidade	113.175	163.603
Aluguéis	161.256	164.390
Manutenção e Conservação de Bens	55.190	61.792
Água, Energia e Gás	41.486	45.017
Material	25.913	27.026
Outras	406.897	254.685
Total	3.704.516	3.357.395

26. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Atualizações monetárias (1)	107.510	142.740
Comissões	(407.920)	(448.407)
Corretagens e Emolumentos	(19.668)	(20.105)
Despesas com Cartórios	(1.264)	(79.816)
Despesa com Formalização de Negócios	(43.077)	(43.077)
Despesas Judiciais e Custas	(68.261)	(68.874)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(36.461)	(37.071)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(20.021)	(19.113)
Fiscais	15.255	13.621
Trabalhistas	(689.023)	(737.954)
Cíveis	(227.957)	(300.639)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	90.787	239.328
Resultado com Cartões	(787.721)	(582.045)
Recuperação de Encargos e Despesas	256.515	352.722
Outras (2)	(1.036.799)	(1.200.998)
Total	(2.868.105)	(2.789.688)

(1) No período findo em 31 de Março de 2025, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e obrigações legais.

(2) No período findo em 31 de Março de 2025, inclui, principalmente, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

Notas Explicativas

27. Variações Cambiais (Líquidas)

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	1.991.483	1.899.763
Operações de Crédito	4.517.539	4.610.746
Captações	(1.804.925)	(2.149.449)
Empréstimos	(1.582.187)	(1.585.626)
Total	3.121.910	2.775.433

28. Resultado Não Operacional

	Banco 01/01 a 31/03/2025	Consolidado 01/01 a 31/03/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	1.093	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	40.367	45.475
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(2.416)	15.853
Despesas com Bens não de Uso	(19.501)	(20.177)
Ganhos (Perdas) de Capital	212	(411)
Outras Receitas (Despesas)	6.532	1.205
Total	26.287	43.038

Notas Explicativas

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de seus instrumentos (ações/opções Locais e Globais). São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a	
				31/03/2025	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 12/2025	2025 e 2026	R\$	1.750.000 (1)
		01/2025 a 12/2028	2029	R\$	2.500.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028		500.000 SANB11 (2)
		01/2022 a 12/2025	2025		118.363 SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026		15.637 SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações Globais	2023, com limite para exercício das opções até 2030			420.394 Opções ações Globais (3)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			110.534 Opções ações Globais (3)
		2025	EUR 3,104		95.786 Ações Globais (3)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			45.978 Opções ações Globais (3)
		2026	EUR 3,088		175.476 Ações Globais (3)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469 Opções ações Globais (3)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032	EUR 63,95		8.528 Opções ações Globais (3)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033	EUR 71,42		2.411 Opções ações Globais (3)
		2029	EUR 54,14		5.340 Ações Globais (3)
		12/2024, com pagamento em 2025		-	50.419 SANB11
		12/2025, com pagamento em 2026		-	70.346 SANB11
				R\$	4.250.000 (1)
Saldo dos Planos em 31 de março de 2025					754.765 SANB11
					276.602 Ações Globais (3)
					1.060.314 Opções ações Globais (3)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.

Plano finalizado, com pagamento ao longo de 2024 de 551.572 ações e cancelamento do montante de R\$ 1.820.000, pelo não cumprimento dos requisitos do contrato.

(2) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.

Ao longo do 1.Tri/2025 tivemos pagamento parcial do plano com entrega de 26.769 ações.

(3) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Notas Explicativas

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 6 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

As opções expiram de acordo com cada plano até 02/2033 e o preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 anos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais. O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos e em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado
		01/01 a
		31/03/2025
Programa	Tipo de Liquidação	
Local	Ações do Santander (Brasil)	1.709
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.677

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Notas Explicativas

			Banco	Consolidado
			01/01 a	01/01 a
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	31/03/2025	31/03/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	100.269	102.891
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	67.510	73.394

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto-avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – (Cultura *Risk Pro*);
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 9).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc.

A Gestão do Risco de Mercado do Banco Santander é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

Notas Explicativas

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores Bacen, CVM, B3, SUSEP e lei *Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission)*.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta suas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais existentes, serviços de computação e mensageria, softwares e redes, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão com segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco é sendo essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente pelo mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental

Com o objetivo de promover um ambiente controlado e seguro para nossas operações, além de incentivar o desenvolvimento de negócios sustentáveis, o Banco Santander realiza gestão contínua dos riscos associadas às nossas atividades, que pode impactar a organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Para isso, o Banco Santander conta com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos sociais, ambientais e climáticos, orientada pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), aplicada na concessão de crédito aos clientes do segmento Atacado e Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, divididos em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. A análise também abrange operações do setor agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes, fusões e aquisições. O objetivo da análise de Risco Socioambiental e Climático é subsidiar e mitigar questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão integrada de riscos.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes utilizado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de projetos de infraestrutura e energia. Aplicamos os mesmos critérios socioambientais e climáticos em projetos que não se enquadram nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada às Resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, que determinam que as organizações devem ter um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	31/03/2025
Patrimônio de Referência Nível I	88.002,1
Capital Principal	80.205,7
Capital Complementar	7.796,4
Patrimônio de Referência Nível II	16.098,1
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	104.100,2
Risco de Crédito (1)	604.366,2
Risco de Mercado (2)	48.127,2
Risco Operacional	73.148,1
Total de RWA (3)	725.641,5
Índice de Basileia Nível I	12,13
Índice de Basileia Capital Principal	11,05
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,35

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.
- (2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcum), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcum), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).
- (3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2025.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(9.303)	(348.948)	(697.896)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(132)	(1.636)	(3.271)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(27.214)	(107.125)	(214.250)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.929)	(35.591)	(71.182)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(466)	(940)	(1.881)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.392)	(109.812)	(219.624)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(4.685)	(41.721)	(83.442)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(391)	(9.767)	(19.534)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(30)	(739)	(1.478)
Total (1)		(50.542)	(656.279)	(1.312.558)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking				Consolidado
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(64.774)	(2.575.598)	(5.280.630)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(36.544)	(1.319.799)	(2.353.557)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Índices de Preços	(35.668)	(598.482)	(1.097.526)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.841)	(172.614)	(318.045)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.212)	(14.222)	(28.395)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papeis negociados no mercado internacional	(23.716)	(219.840)	(472.548)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	473	11.826	23.653
Total (1)		(166.282)	(4.888.729)	(9.527.048)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Até o período findo em 31 de março de 2025, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Venda da totalidade da participação detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”) e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. (“Operação”). A efetivação da Operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

32. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$67.497.681 no Banco e no Consolidado.
- b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 133.510 e o total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 207.425.566 registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros vigentes em 31 de março de 2025, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de março de 2025, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

g) Em 31 de março de 2025, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/03/2025
Até 1 Ano	417.049
Entre 1 a 5 Anos	934.197
Mais de 5 Anos	106.987
Total	1.458.233

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 301 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2025, foram no valor de R\$ 243.117.

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/03/2025
Receitas da Intermediação Financeira	32.445.928	-	32.445.928
Despesas da Intermediação Financeira	(28.294.068)	-	(28.294.068)
Variações Cambiais (Liquidas)	3.121.910	-	3.121.910
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.273.770	-	7.273.770
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.181.134)	(53.740)	(3.234.874)
Resultado Operacional	4.092.636	(53.740)	4.038.896
Resultado não Operacional	-	26.287	26.287
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.092.636	(27.453)	4.065.183
Imposto de Renda e Contribuição Social	256.262	6.150	262.412
Participações no Lucro	(509.553)	-	(509.553)
Lucro Líquido	3.839.345	(21.303)	3.818.042

	Consolidado 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/03/2025
Receitas da Intermediação Financeira	36.732.029	-	36.732.029
Despesas da Intermediação Financeira	(29.499.630)	-	(29.499.630)
Variações Cambiais (Liquidas)	2.775.433	-	2.775.433
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	10.007.832	-	10.007.832
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.582.171)	(82.196)	(4.664.367)
Resultado Operacional	5.425.661	(82.196)	5.343.465
Resultado não Operacional	-	43.038	43.038



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	5.425.661	(39.158)	5.386.503
Imposto de Renda e Contribuição Social	(830.379)	7.649	(822.730)
Participações no Lucro	(721.553)	-	(721.553)
Participações dos Acionistas Minoritários	(63.751)	-	(63.751)
Lucro Líquido	3.809.978	(31.509)	3.778.469

Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$53.740 e R\$82.196 no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 47.590 e R\$74.547 .

33. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de abril de 2025, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 17 de abril de 2025 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de abril de 2025 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 08 de maio de 2025. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao período de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Ênfases

Notas selecionadas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 a) às informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que consideram a opção do Banco pela apresentação de notas explicativas selecionadas, conforme previsto na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 b) às referidas informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas informações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias
consolidadas

A Administração preparará um conjunto separado de informações contábeis intermediárias consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, que estará apresentado como parte integrante das Informações Trimestrais, sobre as quais emitiremos relatório de revisão, em observância ao prazo regulatório.

São Paulo, 30 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao período findo 31 de março de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2025:

Diretoria Executiva
Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Maria Teresa Maurício da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André Juaçaba de Almeida?Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian?Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Mendes Cabral
Luciana de Aguiar Barros?
Marcelo Aleixo?Marcos Jose Maia da Silva?Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza Santinoni?Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo de Oliveira Contrucci
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende?Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao período findo em 31 de março de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2025:

Diretoria Executiva
Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Maria Teresa Maurício da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André Juaçaba de Almeida?Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian?Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Mendes Cabral
Luciana de Aguiar Barros
Marcelo Aleixo?Marcos Jose Maia da Silva?Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza Santinoni?Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo de Oliveira Contrucci
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende?Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki